

portugalidade

Edição n.º 16 | março 2026

m a g a z i n e

HISTÓRIA | NATUREZA | TURISMO

CULTURA E PATRIMÓNIO
LEGADO JUDAICO EM PORTUGAL
PORTUGAL, NATURALMENTE

VILA VERDE

TRILHOS DA NÓBREGA

PASSO A PASSO

**TRILHO
VALE SUSPENSO
DO RIO VADE**

**TRILHO
FOJO DO LOBO**

**TRILHO
MIXÕES DA
SERRA**



EDITORIAL

Foi um inverno duro este que agora se vai despedindo. Chuva sem parar, vento persistente com rajadas de intensidade rara, redes interrompidas, árvores arrancadas pela raiz. No centro do país, sobretudo na faixa que atravessa Leiria e o litoral adjacente, o vento foi particularmente destruidor. Noutras bacias, particularmente no Mondego e no Sado, a água voltou a inundar. Houve mortes a lamentar, um rasto de destruição e um sentimento de impotência e cansaço.

Portugal conhece este padrão. Conhece a força do Atlântico, a instabilidade dos rios, a vulnerabilidade das encostas. Ainda assim, cada inverno mais difícil convoca algo que ultrapassa o boletim meteorológico... a memória.

Há 25 anos, o inverno também foi violento, não tanto pelo vento, mas pela chuva interminável. No dia 4 de março de 2001, depois de semanas de precipitação intensa e caudais elevados, a ponte Hintze Ribeiro, que ligava Entre-os-Rios a Castelo de Paiva, colapsou sobre o Douro. Cinquenta e nove pessoas morreram. A erosão dos pilares estava identificada há anos. A manutenção era insuficiente e a Comissão de Inquérito confirmaria falhas graves de fiscalização e acompanhamento técnico. A água precipitou um desfecho anunciado.

Dois dias depois, o então ministro do Equipamento Social, Jorge Coelho, apresentou a demissão, num gesto raro de dignidade: “a culpa não pode morrer solteira”. A responsabilidade política não devolveu vidas, mas impediu que o acontecimento se diluísse na abstração. Castelo de Paiva deixou de ser apenas um nome no mapa para se tornar referência de uma ferida coletiva.

E terra nenhuma merece carregar tal peso para sempre.

A ponte caída foi levantada e recuperada, uma nova foi construída mesmo ao lado. Mas os acessos prometidos, ao grande Porto e a Penafiel, continuam por concluir.

O tempo cronológico separa 2001 de hoje com a factualidade dos números. O tempo vivido tem outra cadência. Há datas que permanecem latentes até que a experiência lhes acrescente densidade. Há lugares que deixam de ser coordenadas e passam a ser parte do mapa íntimo de cada um. A memória que importa é muito mais sedimentação do que mera repetição.

O inverno não replica tragédias, mas testa estruturas físicas e institucionais. Recorda que nenhuma obra é definitiva, nenhuma margem é absolutamente estável, nenhuma decisão é irrelevante.

Portugal construiu-se também nesta tensão entre permanência e instabilidade. Entre a confiança na engenharia e a consciência de que o território tem vontade própria. A modernização continua a não antecipar fenómenos da natureza.

Março anuncia transição. A primavera chegará, os rios regressarão ao leito regular, árvores voltarão a ser plantadas. Mas o tempo não se limita a avançar. Acumula-se. E aquilo que se acumula, nos lugares, nas instituições, nas famílias, é o que verdadeiramente nos molda.

ÍNDICE

Portugal, naturalmente

4 Vale do Tua

Legado Judaico em Portugal

9 Mogadouro

10 Carção

12 Penamacor

Portugal em Imagens

14 Gerês

Cultura e Património

16 Celorico de Basto

18 Lamego

Turismo

20 Turismo do Centro na BTL

21 Vila Nova de Paiva

PRESERVAR, VALORIZAR, PROMOVER

Alavancar a sustentabilidade e o desenvolvimento das atividades da vida rural na preservação da natureza é o desafio que leva o Parque Natural Regional do Vale do Tua (PNRVT) a investir 2,35 milhões de euros na área da Conservação da Natureza e Biodiversidade.

O projeto de conservação da natureza, biodiversidade e património natural é financiada pelo NORTE 2030, prevê a implementação de medidas de apoio ao desenvolvimento e sustentabilidade da biodiversidade das atividades do mundo rural.

“Este projeto foi pensado, também para ter um impacto positivo nas comunidades locais, que não pretende impor medidas restritivas, mas sim promover a sustentabilidade do capital natural do Parque Natural do Vale do Tua e ao mesmo tempo, em equilíbrio, criar melhores condições naturais para o desenvolvimento



das atividades agrícolas florestais pecuárias”, explica o diretor do PNRVT, António Luís Marques.

Dividido em quatro operações, o projeto prevê medidas de recuperação e proteção dos ecossistemas fluviais do PNRVT, que possuem uma notável importância para a conservação de espécies de elevado valor ecológico, nativas e raras, algumas das quais se encontram ameaçadas. Apesar do valor ecológico destes ecossistemas fluviais, alguns encontram-se sujeitos a impactos que afetam negativamente a sua estabilidade, pelo que o projeto vai trabalhar na sua recuperação e controlo da expansão de fauna invasora e reforçar a permeabilidade das barreiras antrópicas à ictiofauna.

A mesma atenção recebem os ecossistemas terrestres, estando prevista uma operação de recuperação e proteção dos habitats e da fauna selvagem. No PNRVT registaram-se 943 espécies, das quais 29 são de mamíferos com elevado valor conservacionista, sendo essenciais para assegurar o equilíbrio dos ecossistemas aqui presentes. Neste âmbito, a intervenção vai trabalhar a gestão do coberto de pastoreio, criação de áreas de clareira e recuperação de áreas de bosque para proteção e refúgio da biodiversidade, combater as invasoras lenhosas e preparar um plano de ação para a criação de zonas de conectividade e corredores ecológicos no PNRVT.





A terceira operação quer disponibilizar estruturas para recuperação e conservação da Fauna Selvagem – Aves, Morcegos e Insetos. O PNRVT constitui uma das zonas de maior interesse ornitológico de todo o interior da Região Norte, registando-se aqui 123 espécies de avifauna. São também de salientar as espécies de morcegos, que para além do seu valor conservacionista são eficazes contra 116 espécies de pragas no Vale do Tua. Algumas das espécies de insetos, aves e morcegos presentes no PNRVT são nativas e raras, muitas das quais se encontram ameaçadas (tais como a Águia-de-Bonelli, o Morcego-de-ferradura mediterrânico, o Chasco-preto e o Bufo-real). Para preservar os habitats destas espécies o PNRVT quer criar e monitorizar abrigos e caixas-ninho para espécies de aves, morcegos e insetos, melhorar as condições de nidificação do Chasco-preto, implementar “charcas biodiversas”, isto é, de uso múltiplo, e reabilitar pombais.

Todas estas ações são acompanhadas de campanhas de informação e sensibilização, levando o conhecimento às comunidades com vista à valorização, proteção e promoção destes recursos naturais.

António Luís Marques explica o projeto com exemplos claros e concretos: “Entre as medidas está a gestão do coberto de pastoreio, com criação de áreas de clareira e recuperação de zonas de bosque, garantindo proteção e refúgio para a fauna. Esta ação envolve a implementação de pastoreio rotativo e seletivo para controlar a biomassa vegetal e reduzir o risco de incêndios, a instalação de sementeiras para aumentar a diversidade do habitat, repovoamentos

com espécies-presa e a colocação de 50 abrigos para coelho-bravo”, indica.

“Será também desenvolvido um projeto-piloto para combate a invasoras lenhosas, complementado com plantações de medronheiro, azinheira e sobreiro”, acrescenta.

O VALE DO TUA É A ÚNICA ÁREA PROTEGIDA COM DISTINÇÃO STARLIGHT TOURISM DESTINATION, EM PORTUGAL.

O Dark Sky® Vale do Tua abrange a totalidade do território do Parque Natural do Vale do Tua. É um dos espaços naturais mais preservados e autênticos de Portugal. A reduzida poluição luminosa permite observar um céu noturno de grande qualidade e uma paisagem marcada por rios sinuosos, vales profundos e uma relação ancestral entre a natureza e as comunidades locais.

Este território distingue-se por ser a única área protegida de Portugal certificada como Starlight Tourism Destination, assumindo-se como referência nacional no astroturismo sustentável. A certificação, atribuída pela Fundação Starlight, garante padrões elevados de conservação do céu noturno, qualidade da experiência turística e compromisso com práticas responsáveis, oferecendo segurança e credibilidade aos operadores turísticos.

Para além do céu noturno, o Dark Sky® Vale do Tua revela um distinto património arqueológico, onde monumentos megalíticos dialogam diretamente com os astros. A arqueoastronomia surge como um elemento diferenciador do destino, cruzando ciência, cultura e turismo experiencial, dando forma a produtos únicos que ligam o passado humano à observação do cosmos.

O Dark Sky® Vale do Tua apresenta-se como um destino de elevado potencial para operadores turísticos que procuram propostas exclusivas, sustentáveis e com forte identidade. É o território ideal para desenvolver programas de natureza, cultura e ciência, de elevada valorização internacional.



TUA FESTIVAL DE PERCURSOS PEDESTRES É O MAIOR DE PORTUGAL



Arranca em março a quarta edição do Tua Festival de Percursos Pedestres (TFPP), uma iniciativa promovida pelo Parque Natural Regional do Vale do Tua que volta a convidar participantes de todo o país e estrangeiros a descobrir o território através do turismo ativo e sustentável. O evento decorre ao longo de cinco fins-de-semana, passando por cada um dos concelhos que integram o Vale do Tua: Alijó, Carrazeda de Ansiães, Mirandela, Murça e Vila Flor.

Com o objetivo de valorizar e promover o território, dando visibilidade à natureza, paisagem, património, cultura, gastronomia, tradições e identidade local, tendo como motivo central a realização de caminhadas em percursos pedestres homologados, o TFPP esgota a cada edição. “Este é o maior Festival de Percursos

Pedestres de Portugal”, afirma, sem reservas, António Luís Marques, diretor do PNRVT.

No primeiro dia do Festival realizam-se atividades culturais, workshops, feiras e festas, promovendo o contacto direto entre os participantes e as comunidades locais; no segundo dia decorre a caminhada, que é o mote do festival. Este formato pretende incentivar a permanência dos visitantes no território durante dois ou três dias, contribuindo para a dinamização da economia, num calendário pensado estrategicamente para combater a sazonalidade turística, numa época tradicionalmente considerada baixa.

“O que notamos é que quem nos procura tende cada vez mais a participar em todas as atividades. Querem o contacto genuíno e próximo com as comunidades locais, que os acolhem sem reservas. Isto leva a uma maior permanência de quem nos visita no território, gerando valor para a economia da base familiar”, refere o diretor.

O evento arranca no dia 28 de março, em Alijó, com um Seminário certificado como Ação de Curta Duração (ACD) e reconhecido como formação contínua para renovação do Título Profissional de Treinador de Desporto, com créditos na componente específica de pedestrianismo.

No dia 29 de março realiza-se a caminhada no município de Alijó, marcada pela inauguração dos Passadiços de São Mamede de Ribatua, um percurso de 3,5 quilómetros, integrado numa Pequena Rota (PR) circular de oito quilómetros.

Em abril, nos dias 17, 18 e 19 o TFPP acontece em Vila Flor e chega a Murça nos dias 30 e 31 de maio. Nos meses mais quentes do verão, também período de maior afluência turística, há uma pausa, regressando o evento nos dias 19 e 20 de setembro ao município de Carrazeda de Ansiães. O encerramento está previsto para os dias 10 e 11 de outubro em Mirandela.

As inscrições já estão a decorrer:
<https://parque.valetua.pt/tfpp26>





TEMPO PARA TER TEMPO

O relógio marca as horas com rigor mecânico. Ponteiros definidos, números claros, leitura em vinte e quatro horas. Um instrumento que coordena partidas e chegadas, organiza vidas que se cruzam e guarda a memória das que ali passaram.

Na parede, o azulejo repete um desenho antigo. No cais, a luz entra oblíqua e empurra o olhar até à encosta. A estação mantém-se de pé. Durante mais de um século, a ferrovia ensinou o país a medir-se por horários. As partidas e as chegadas reorganizaram distâncias, encurtaram mapas, ligaram economias locais a centros maiores. O tempo deixou de depender apenas do sol e das colheitas. Passou a obedecer a uma cadência comum, partilhada de norte a sul.

O relógio de estação tornou-se símbolo dessa mudança silenciosa. Uniformizou minutos, impôs pontualidade, criou uma disciplina pública do encontro. A modernidade entrou muitas vezes por estas plataformas, com o som metálico das composições a anunciar outra velocidade.

Hoje há menos frequência. Algumas linhas perderam tráfego, outras encerraram, outras aguardam investimento que tarda. A discussão pública concentra-se nas grandes ligações e na alta velocidade. Aqui a escala é outra. O banco continua encostado à parede. Há menos vozes, menos pressa. O relógio continua a avançar com a mesma exatidão. Só que aqui o minuto pesa mais. Este tempo lento permite observar o detalhe, reconhecer o som distante antes da chegada, sentir a variação da luz ao longo da plataforma.

Contamos minutos que não chegamos e lamentamos horas que parecem inúteis. No relógio, nenhuma hora se perde.

A HERANÇA JUDAICA NA CONSTRUÇÃO DE PORTUGAL

A herança judaica em Portugal vai para além de vestígios arquitetónicos e de episódios de tolerância interrompida. Faz parte da própria formação do país, o que se revela no território, na economia, no saber científico e na memória coletiva.



A presença judaica na Península é anterior à fundação da nacionalidade. Quando Portugal se consolida como reino independente, no século XII, já existiam comunidades estruturadas, com organização própria, sinagogas, tribunais internos e uma forte integração económica. Em várias cidades medievais, as judiarias eram espaços vivos, articulados com o tecido urbano e comercial.

Durante a Reconquista e a expansão do território para sul, as comunidades judaicas participaram no povoamento, no comércio e na administração. Alguns monarcas concederam-lhes cartas de proteção, reconhecendo o seu valor económico e técnico. A sua presença estendeu-

se às áreas da medicina, cartografia, matemática e finanças. Nomes como Garcia de Orta ou Pedro Nunes testemunham um contexto onde o saber circulava entre matrizes religiosas distintas.

A viragem ocorre no final do século XV. Em 1496, D. Manuel I decreta a expulsão dos judeus que recusassem a conversão ao cristianismo. Muitos partem, outros permanecem como cristãos-novos. A conversão forçada não significou integração plena. A criação da Inquisição portuguesa, em 1536, institucionalizou a suspeita e produziu séculos de perseguição, processos e confisco de bens.

Ainda assim, a memória não desapareceu. Sobreviveu na diáspora sefardita, que levou a língua e os apelidos portugueses para Amesterdão, Salónica, Istambul ou Recife, e resistiu no interior do país, em fenómenos de criptojudaísmo como o de Belmonte. A identidade tornou-se subterrânea, transmitida em silêncio, preservada em práticas domésticas e rituais discretos.

A presença judaica em Portugal é restabelecida legalmente em 1912, com o reconhecimento formal das comunidades. Ao longo do século XX, essa reorganização institucional consolida-se, integrando judeus de origem marroquina e da Europa Central. Durante a Segunda Guerra Mundial, Lisboa torna-se ponto de passagem para milhares de refugiados. Estoril e Cascais acolhem famílias em trânsito, inscrevendo o país, ainda que de forma ambígua, na geografia europeia do exílio.

Hoje, essa herança é visível e estudada. A Rede de Judiarias de Portugal articula municípios que preservam património urbano e documental ligado às antigas comunidades sefarditas. Em Belmonte, o Museu Judaico de Belmonte testemunha uma continuidade rara na Europa. No Porto, a Sinagoga Kadoorie Mekor Haim afirma a vitalidade contemporânea da comunidade.

Mais do que um produto turístico, a herança judaica é um elemento estruturante da história portuguesa. Obriga a olhar para o país como espaço de convivência e de tensão, de abertura e de exclusão. Recorda que a identidade nacional nunca foi totalmente homogênea nem linear.

ENTRE O SILÊNCIO E A MEMÓRIA: IDENTIDADE JUDAICA EM VILARINHO DOS GALEGOS



Em Vilarinho dos Galegos, aldeia do concelho de Mogadouro, tal como em tantas outras localidades do interior de Portugal, a identidade judaica sobreviveu durante séculos num espaço de silêncio, de resguardo e de gestos mínimos. Esse silêncio não foi um traço cultural espontâneo, mas resultado de um passado em que a vigilância religiosa e social obrigou muitas famílias de origem judaica a esconder práticas, palavras e crenças, deslocando-as do espaço público para o interior das casas. António Pimenta de Castro relata, num dos seus muitos artigos, um episódio ocorrido durante uma entrevista a Olívia Tabaco, de seu nome Olívia Adelaide Lopes (n.06/08/1909; f.17/02/1999). Encontravam-se a conversar na rua, quando, de repente, surgiu um homem que passava ocasionalmente. Nesse momento, Olívia Tabaco interrompeu a conversa sobre as tradições marranas e começou a falar das suas doenças. Quando o transeunte se afastou, disse ao autor: “este não é da nossa raça, é “chuço”. Era este termo utilizado em Vilarinho dos Galegos para designar aqueles que não eram criptojudéus.

A identidade judaica local não se manteve através de textos escritos ou de ensinamentos formais, mas sobretudo pela oralidade, pela prática doméstica e pela repetição de rituais quotidianos. Em contextos marcados pela suspeita, foram os pequenos gestos – discretos, muitas vezes noturnos, quase invisíveis – que garantiram a continuidade da tradição. As mulheres tiveram um papel central nesse processo, assumindo a função de guardiãs da memória, transmitindo rezas, hábitos e regras que raramente eram explicadas, mas rigorosamente respeitadas.

No caso de Vilarinho dos Galegos, destaca-se o trabalho do capitão Artur Carlos de Barros Basto, que, nas primeiras décadas do século XX, se empenhou na preservação da memória e no resgate das comunidades criptojudáicas do Norte e Interior de Portugal. Investigadores como Barros Basto procuravam, assim, no Portugal profundo, identificar e apoiar comunidades que haviam sobrevivido à perseguição inquisitorial, a que hoje designamos por criptojudéus.

Outro espaço fundamental dessa memória foi a casa de Guilhermina Augusta Almeida (n.20/03/1920; f.01/09/2002), que, em criança, procurava acompanhar a irmã mais velha, Raquel Almeida, para assistir aos rituais e rezas, que se celebravam na Casa da Praça (hoje Largo da Praça).

Hoje, a casa de Guilhermina Almeida, pertence à sua afilhada e sobrinha, Lina Marins Almeida Santos. Lina já não pratica as rezas nem conhece as palavras que ali foram sussurradas durante décadas. Ainda assim, a herança não se perdeu por completo. Ela própria recorda-se de ver a tia não sacudir a toalha da mesa à noite. O gesto mantém-se porque “sempre foi assim”.

Este tipo de prática revela como a identidade judaica, em contextos de repressão prolongada, se deslocou do plano de crença explícita para o plano de conduta quotidiana. Mesmo quando a reza se esquece, o gesto resiste.

Em Olívia Tabaco, Guilhermina Almeida e Lina Almeida Santos reconhecem-se diferentes momentos de uma mesma linhagem feminina: da reza secreta à reunião doméstica, e desta ao simples cuidado com os restos alimentares. Todas participam consciente ou inconscientemente, na preservação de uma identidade que não desapareceu: apenas aprendeu a viver no recato.

Emanuel Campos,
Arqueólogo do Município de Mogadouro



CARÇÃO, “CAPITAL DO MARRANISMO”

MEMÓRIA, RESISTÊNCIA E HERANÇA VIVA

Povoado muito antigo, Carção é citada desde os primeiros tempos da nacionalidade (1187). Encontra-se a cerca de 12 Kms da sede do concelho (Vimioso).



A sua maior importância e desenvolvimento deu-se após o século XV, quando muitos descendentes de judeus se refugiaram na localidade e outras aldeias raianas (Argozelo, Vimioso, Campo de Vímoras), dedicando-se sobretudo ao curtimento de peles, indústrias de cola e comércio. Seus habitantes, sempre tiveram arte e engenho para quebrar o isolamento da terra e sair a mercadejar por toda a parte. Há cerca de um século, o douto Abade de Baçal refere: - Percorrem o distrito de Bragança com venda ambulante de bacalhau, arroz, azeite e outros géneros, comprando ao mesmo tempo peles ovinas, bovinas e caprinas (...) Encontram-se estabelecidos nos povoados principais, aldeias ricas e férteis do reino, colónias e até do estrangeiro, onde entram à formiga, sem eira nem beira, nem ramo de figueira, apenas com dois centos de sardinhas em cima de um burro podre e dentro de uma dúzia de anos chegam a preponderar pela fortuna adquirida no negócio. Muito semelhante é o retrato feito por outros historiadores, literatos e etnólogos que escreveram sobre o génio mercantil e empreendedor das gentes de Carção. E

todos associam esta qualidade à sua herança judaica. Leite de Vasconcelos, por exemplo, usou estas palavras: - A gente de estirpe judaica destas últimas povoações (Carção e Argozelo) vivia, até há pouco, sobretudo do comércio e da indústria dos curtumes.

O que também surpreende neste povoado, é a forte convicção religiosa na Lei de Moisés, conseguindo manter essa herança judaica, em segredo, por mais de 400 anos, após serem obrigados a converterem-se ao cristianismo.

Foi uma aldeia muito fustigada pela Inquisição desde metade do século XVII, sabendo-se que o Tribunal do Santo Ofício abriu processos a 228 moradores, quase todos eles acusados de heresia (respeitar o sábado, jejuar no Kipur, participar em práticas judaicas mortuárias, missas secas...) muito dos quais acabando por ser queimados nas fogueiras dos Autos-de-Fé realizados no Terreiro de São Miguel, em Coimbra.

O período provavelmente mais negro da comunidade foi entre 1691 a 1701, considerando-se um massacre da comunidade, com a prisão de pelo menos 130 cristãos-novos, muitos dos quais mortos. Houve Autos-de-Fé em que metade dos penitenciados eram desta localidade, como sucedeu no de 17-10-1694, onde 25 dos 56 penitenciados eram de Carção. Também a 25-11-1696, dos 88 penitenciados, 43 eram de Carção, dos quais 12 foram relaxados em carne. Este ataque a Carção foi de tal forma violento, que o Padre António Vieira (1608-1697) refere que esta devia ser uma das comunidades quase exclusivamente constituídas por cristãos-novos (descendentes dos judeus convertidos à força em 1497). Contudo, apesar desta tremenda devastação, a comunidade revelou uma extraordinária capacidade de resistência à Inquisição, chegando a roubar das paredes da igreja matriz os sambenitos dos condenados à morte pela Inquisição (em 1737), que este tribunal ali mandou pendurar para exemplo. Sabe-se que no século XVIII chegaram a estar expostos 35 sambenitos.

Já no século XIX, as autoridades católicas davam conta de como a prática judaica florescia após abolição da inquisição, como é testemunhado pelo pároco de Carção em carta de 2-6-1852, para o bispo de Bragança: - Neste povo grassa desde tempo imemorial uma seita que em



tempo da Inquisição era muito oculto, mas de 34 (1834) a esta parte é isso muito divulgado, quero dizer que não se escondem os sectários como outrora; assim há muita gente, que pelo menos in confuso sabem disso... O erro é a seita, ou Lei de Moisés.”.

Nesta identidade religiosa marrana que foi evoluindo ao longo dos séculos, escondida em virtude da perseguição, há a memória e a descrição de cerimónias religiosas que celebravam em casas particulares e na capela de Santo Estêvão (fundada em 1661 por 9 cristãos-novos) a que davam o nome de missas secas, ou de como celebravam a festa do Kipur com uma romagem para os vinhedos (testemunhado ainda pelo etnólogo Abade de Baçal nos anos 20 do século XX, bem como outros cultos). Outros investigadores também testemunharam algumas

dessas vivências religiosas, como Leite Vasconcelos, Samuel Schwartz ou Amílcar Paulo.

Na aldeia, a população ainda há poucos anos se dividia entre lavradores e judeus e entre o bairro de Cima e a Praça. Passados 500 anos sobre a expulsão e posteriormente conversão forçada, continuam a ser muitos os vestígios desta comunidade.

A população constrói o Museu Marrano, em homenagem a toda a comunidade, onde podemos verificar alguma dessa herança, tais como: vários cruciformes, passeriformes, o Leão de Judá, o memorial às 228 pessoas vítimas da inquisição, algumas orações ditas no século XVII, o Agus Dei com símbolos judaicos numa das faces, considerada por muitos a “Joia do Marranismo em Portugal”. Muito recentemente, no centro da Praça, foi erguido também um monumento, uma grande Menorah para assinalar essa forte e importante presença judaica. Também no outro grande largo da aldeia – Fontes, junto a uma das fontes, podemos verificar uma grande lápide, com a condenação de Francisco Mendes por matar o juiz e pelo pouco respeito aos sacramentos, destruindo uma imagem de Cristo crucificado (1651). Se por coincidência ou propósito, a mesma fonte, no centro do arco, assinala a data do início do período mais negro da história da localidade – 1691.

A materializar esta herança, os órgãos próprios de governo da freguesia decidiram adotar como símbolo maior da sua bandeira, brasão, uma Menorah, assumindo a sua identidade marrana.

Devido a alguns dos factos históricos e físicos aqui descritos, hoje Carção é tida como “A capital do marranismo” e a comprová-lo está o livro escrito por António J. Andrade e M.^a Fernanda Guimarães, 2008.

A comunidade marrana do concelho de Vimioso, estende-se a outras localidades vizinhas, nomeadamente Argozelo (também com grande tradição na indústria de curtumes e comércio), Vimioso e Campo de Vímoras (havendo relatos de algumas missas secas, como aconteceu na capela de Santo Estêvão, em Carção).

Paulo José Lopes, Presidente da Associação Almocreves de Carção



UM ESPAÇO DE MEMÓRIA DEDICADO AOS JUDEUS PORTUGUESES LIGADOS À IÁTRICA

A Casa da Memória da Medicina Sefardita Ribeiro Sanches integra a Rede de Judiarias de Portugal, à qual o Município de Penamacor aderiu desde o primeiro momento. Para a generalidade do grande público, o que este espaço traz de novo é a, até agora pouco conhecida, dimensão do contributo dos judeus portugueses associados à prática e ao ensino da medicina, dentro e fora do Reino de Portugal, desde a Idade Média e até ao final do século XVIII.



Tal como o nome indica, o edifício permite, acima de tudo, compreender melhor a posição e o percurso de António Nunes Ribeiro Sanches, figura maior da história da medicina portuguesa, cuja obra e pensamento ultrapassaram largamente os limites da ciência médica. Reconhecido como um dos mais destacados médicos da Europa do seu tempo, Ribeiro Sanches afirmou-se como uma personalidade de proa do século XVIII, verdadeiro filósofo das Luzes e incansável divulgador dos seus ideais.

Estruturado em quatro áreas, o espaço convida o visitante a uma experiência de descoberta que se inicia com uma introdução à Rede de Judiarias de Portugal, prossegue pelo Corredor de Todos os Nomes — onde se destaca um mural com cerca de quinhentos nomes identificados em processos inquisitoriais do Santo Ofício

dos tribunais de Lisboa, Coimbra e Évora — e continua na sala dedicada à Diáspora, que reúne alguns dos mais conceituados médicos dos séculos XVI a XVIII, como Garcia de Orta, Amato Lusitano ou Rodrigo de Castro.

A última área, localizada no piso superior, é inteiramente dedicada a António Nunes Ribeiro Sanches, natural de Penamacor. Neste espaço, o visitante pode conhecer a sua vida e obra, a rede de contactos estabelecida com destacados intelectuais do século XVIII e o seu percurso pela Europa.

Os êxitos clínicos alcançados no tratamento de doentes pertencentes às mais elevadas esferas sociais — frequentemente em casos considerados desesperados e de difícil diagnóstico — granjearam-lhe reconhecimento, prestígio e consideração, tanto junto da alta sociedade como entre os mais humildes, a quem nunca recusou assistência. Na base deste merecido reconhecimento encontram-se um espírito sagaz e profundamente curioso, aliado a uma notável capacidade de trabalho e disciplina. A sua permanente vontade de alargar horizontes científicos levou-o a acompanhar de perto os avanços mais significativos do seu tempo em áreas como a medicina, a física, a química, a botânica e a anatomia.

Médico, filósofo, pedagogo e cientista, entre outros qualificativos, Ribeiro Sanches foi um dos mais eminentes “estrangeirados” empenhados na reforma da cultura filosófica e científica portuguesa. Iniciou os estudos universitários em Coimbra, em 1716, transferindo-se em 1719 para a Universidade de Salamanca, onde concluiu o curso de Medicina e obteve o grau de doutor. De origem cristã-nova, viu-se forçado a abandonar Portugal em 1726. Após um período de aprendizagem e circulação por vários países europeus, fixou-se em Paris, onde faleceu a 14 de outubro de 1783.

Este local museológico afirma-se como uma marca distintiva no panorama cultural regional e nacional, constituindo um fator de visibilidade e prestígio para Penamacor e um potencial dinamizador de fluxos e dinâmicas no domínio do turismo cultural.

www.cm-penamacor.pt

CASA DA MEMÓRIA DA MEDICINA SEFARDITA RIBEIRO SANCHES

UM LEGADO SEFARDITA DE CIÊNCIA E HISTÓRIA

A Casa da Memória da Medicina Sefardita Ribeiro Sanches integra a Rede de Judiarias de Portugal, à qual o Município de Penamacor aderiu desde o início, dando a conhecer ao público a relevância, até agora pouco divulgada, do contributo dos judeus portugueses para a prática e o ensino da medicina, dentro e fora do Reino de Portugal, desde a Idade Média até ao final do século XVIII.

Este espaço permite, igualmente, compreender o percurso e o pensamento de António Nunes Ribeiro Sanches, figura maior da medicina portuguesa e europeia do século XVIII, cuja obra ultrapassou os limites da ciência médica, afirmando-se como filósofo das Luzes e divulgador dos seus ideais.



www.cm-penamacor.pt

MUNICÍPIO DE PENAMACOR
CÂMARA MUNICIPAL

VISITAS: Segunda a sexta-feira, das 09:00h às 12:30h
e das 14:00h às 17:30h. Sábados e domingos, por marcação prévia
(277 394 106 | museu.municipal@cm-penamacor.pt)



[municipiodepenamacor](https://www.facebook.com/municipiodepenamacor)



GERÊS

A montanha antecede o país. O granito antigo, moldado por ciclos glaciares e por séculos de uso humano, ergue um relevo que não depende de leis nem de fronteiras. Pedra, água, urze e carqueja, céu instável. Aqui, a identidade começa na matéria.

O horizonte constrói-se por camadas sucessivas. Picos, vales encaixados, nuvens que entram a meia-altura e redesenham o território em minutos. A luz abre planos e fecha distâncias. Cada variação atmosférica altera a leitura do espaço e impõe outra escala ao olhar.

Criado em 1971, o Parque Nacional da Peneda-Gerês reconheceu institucionalmente uma realidade muito anterior. A altitude e a pluviosidade modelaram ecossistemas próprios, mas também um modo de habitar ajustado ao rigor do terreno. Casas orientadas ao abrigo

do vento dominante, muros que acompanham a curva do relevo, caminhos que seguem a lógica da água.

Do alto, o país reduz-se à sua estrutura essencial. O ruído urbano dissolve-se na distância. O tempo abranda e ganha espessura. O olhar percorre quilómetros e regressa ao detalhe mínimo de uma encosta, a uma linha de neve, à sombra que avança.

Na montanha, quase tudo o que é circunstancial perde peso. A rocha permanece.



A CAPITAL DAS CAMÉLIAS VESTE-SE DE ESPLENDOR DE 13 A 15 DE MARÇO

Celorico de Basto afirma-se como destino de excelência com a realização da Festa Internacional das Camélias, evento que celebra a camélia — a rainha do inverno — e símbolo maior do património natural, cultural e paisagístico do concelho.



Reconhecida como um dos ex-libris culturais do território, a camélia é exaltada na sua festa internacional que envolve de forma ativa toda a comunidade, que, com paixão e entusiasmo, contribui para transformar a vila num verdadeiro cenário de cor, elegância e identidade. Na autodenominada Capital das Camélias, a Festa Internacional decorre de 13 a 15 de março, apresentando um programa abrangente e diversificado.

Ao longo do fim de semana, visitantes e residentes poderão apreciar a exposição de camélias, visitar jardins de referência, assistir a desfiles de moda, explorar o mercado de camélias, contemplar murais temáticos e percorrer ruas decoradas com montras e varandas engalanadas a rigor. A programação integra ainda momentos de animação cultural, iniciativas artísticas e múltiplas ações de promoção da identidade local.

A Festa Internacional das Camélias reafirma-se como um instrumento estratégico de promoção territorial e turística, contribuindo para a dinamização cultural e económica do concelho e para o reforço da sua atratividade enquanto destino associado à natureza, à autenticidade e à sustentabilidade. Paralelamente, assume-se como motor impulsionador da crescente valorização das camélias, património distintivo que inspira a comunidade e encanta todos quantos visitam o território.

Com 21 anos de história, a festa internacional é expoente máximo de um património que estamos a demarcar, elevar e construir como identidade de um povo que orgulhosamente ostenta o título de Capital das Camélias.

De 13 a 15 de março, o seu destino de eleição é Celorico de Basto.

Um convite para viver intensamente a Festa Internacional das Camélias e descobrir um concelho que se distingue pela paisagem, pela história, pelos usos e costumes, pelo património edificado e pela forte ligação à natureza.

Celorico de Basto espera por si.

Celorico de Basto tem na camélia a sua imagem de marca e está a desenvolver, com a Ciência Viva - Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica, a Quinta Ciência Viva das Camélias. Este é um projeto estruturante, que engloba vários espaços do concelho, e que integra ciência, cultura, turismo e inovação, valorizando a camélia como património biológico e cultural e como motor económico da região do Tâmega e Sousa. Esta Quinta conta ainda com um laboratório vivo de conservação da biodiversidade da camélia, espaço de investigação, experimentação e aprendizagem, a desenvolver em parceria com a UTAD e a Cooperativa Árvore.

A Quinta Ciência Viva das Camélias eleva a identidade cultural celoricense e mostra como a ciência pode florescer a partir das tradições locais.



TEATRO RIBEIRO CONCEIÇÃO: INFRAESTRUTURA CULTURAL E CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA NO DOURO

Implantado no centro histórico de Lamego, a escassos minutos da Sé e do eixo monumental que conduz ao Santuário de Nossa Senhora dos Remédios, o Teatro Ribeiro Conceição afirma-se como um dos principais dispositivos culturais do interior norte.



Mais do que um edifício com valor patrimonial, trata-se de uma infraestrutura estratégica num território marcado pela dispersão demográfica, pelo envelhecimento populacional e por dinâmicas culturais intermitentes. A sua relevância ultrapassa a dimensão arquitetónica, inscrevendo-se numa lógica de coesão territorial, descentralização cultural e afirmação identitária.

DA ASSISTÊNCIA HOSPITALAR À CENTRALIDADE CULTURAL

A génese do edifício remonta a 1727, quando foi construído como Hospital da Misericórdia. Ao longo dos séculos, conheceu usos distintos e períodos de instabilidade — incêndios, ocupações militares e fases de degradação progressiva — que fragmentaram a sua continuidade funcional. O momento de viragem ocorreu em 1924, com a aquisição por José Ribeiro Conceição, responsável pela sua reconversão em teatro, preservando a fachada setecentista e adaptando o interior às exigências performativas da época.

A inauguração oficial, a 2 de fevereiro de 1929, integrou Lamego nos circuitos culturais então em circulação, acolhendo teatro declamado, concertos, sessões de

cinema e companhias itinerantes de ópera. Contudo, as transformações estruturais verificadas nas últimas décadas do século XX conduziram ao seu encerramento no final dos anos 1980.

A posterior aquisição municipal e a profunda intervenção de reabilitação culminaram na reabertura a 23 de fevereiro de 2008. Desde 1997 classificado como Imóvel de Interesse Público, o teatro passou a conjugar valor patrimonial e funcionalidade contemporânea. Não se trata, portanto, de um equipamento cristalizado na memória, mas de um espaço em funcionamento contínuo, assumindo uma vocação clara de serviço público cultural.

PROGRAMAÇÃO CULTURAL, MEDIAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO: UMA ESTRATÉGIA DE CONTINUIDADE

A consolidação do Teatro Ribeiro Conceição enquanto equipamento estruturante assenta, em larga medida, na consistência e diversidade da sua programação. Teatro, música, dança, cinema e propostas interdisciplinares configuram uma grelha que articula circulação artística nacional com iniciativas de base local e

regional, promovendo um equilíbrio entre inovação e enraizamento territorial.

A celebração anual do “Mês TRC”, em fevereiro, evoca simultaneamente a inauguração de 1929 e a reabertura de 2008, reforçando o teatro como marco simbólico da cidade. Paralelamente, o Centro de Educação e Mediação desempenha um papel determinante, desenvolvendo projetos com vários sectores da comunidade, oficinas e ações de mediação cultural orientadas para a formação de públicos.

Neste contexto, importa distinguir duas linhas complementares de atuação. Por um lado, o TRC à Solta afirma-se como um projeto de exteriorização do teatro, levando a programação para o espaço público e promovendo a ocupação cultural da rua enquanto lugar de encontro e fruição artística. Por outro, desenvolve-se paralelamente uma estratégia estruturada de descentralização, que consiste na circulação de parte da programação pelas freguesias do concelho de Lamego. Se a primeira iniciativa procura aproximar o teatro da vivência urbana quotidiana, a segunda reforça a coesão territorial, garantindo que o acesso à oferta cultural não se circunscreve ao edifício-sede, mas se distribui de forma mais equilibrada pelo território municipal.

Num território de baixa densidade populacional, a sustentabilidade cultural não depende apenas da oferta concentrada num espaço físico, mas da capacidade de gerar presença contínua e relações duradouras. Assim, a programação assume-se como processo de construção de vínculos comunitários, superando a lógica episódica dos eventos isolados.

PROJEÇÃO TERRITORIAL E INTEGRAÇÃO EM REDES CULTURAIS

O impacto do Teatro Ribeiro Conceição transcende o perímetro urbano de Lamego. Num contexto regional como o Douro, onde a escala demográfica limita a viabilidade comercial de produções regulares, a existência de um equipamento tecnicamente qualificado revela-se decisiva para integrar redes nacionais de circulação artística.

A articulação com festivais e projetos culturais independentes evidencia a abertura a novas linguagens e modelos de criação contemporânea, consolidando o teatro enquanto plataforma de convergência entre criadores, públicos e território. Simultaneamente, a estratégia de descentralização contribui para fortalecer a coesão interna do concelho, equilibrando centralidade urbana e periferias rurais.

No domínio do turismo cultural, esta dinâmica assume particular relevância. O visitante atraído pelo património religioso, pela paisagem duriense ou pela enogastronomia encontra no teatro — e na sua programação regular — uma extensão qualificada da experiência local. A existência de uma agenda cultural contínua acrescenta densidade à permanência e contribui para consolidar a imagem de Lamego enquanto destino cultural ativo e participado.



PATRIMÓNIO EM AÇÃO: ENTRE MEMÓRIA, TERRITÓRIO E CONTEMPORANEIDADE

Num cenário nacional em que diversos equipamentos culturais do interior operam de forma irregular, o Teatro Ribeiro Conceição constitui um exemplo de continuidade institucional e visão estratégica. A sua importância não reside apenas na arquitetura preservada ou na programação pontual, mas na capacidade de estruturar um ecossistema cultural local: formar públicos, acolher criação artística, preservar memória e estabelecer redes de colaboração.

Para uma cidade com forte herança histórica, o desafio consiste em evitar que o passado se transforme em elemento paralisante. O teatro demonstra que o património pode assumir uma função operativa, articulando tradição e contemporaneidade numa prática cultural dinâmica e territorialmente comprometida.

Se Lamego é frequentemente evocada como miradouro privilegiado sobre o Douro, o Teatro Ribeiro Conceição pode ser entendido como o seu palco interior — não apenas como espaço físico de representação, mas como dispositivo cultural expandido, capaz de irradiar ação pelas freguesias do concelho e de promover, em voz alta, a reflexão coletiva sobre identidade, pertença e futuro.

CENTRO DE PORTUGAL AFIRMA LIDERANÇA ESTRATÉGICA NA BTL

O Centro de Portugal reforçou na 36ª edição da BTL - Bolsa de Turismo de Lisboa a sua afirmação institucional e estratégica, consolidando o peso que tem no panorama turístico nacional. Entre resultados históricos, novos planos de desenvolvimento e a capacidade de superar adversidades, a região apresentou-se confiante e preparada para sustentar o crescimento futuro.



Logo no primeiro dia, o stand da Turismo Centro de Portugal recebeu a visita do Presidente da Assembleia da República, José Pedro Aguiar-Branco, do Secretário de Estado do Turismo, Pedro Machado, e do Presidente do Turismo de Portugal, Carlos Abade. De acordo com o Turismo Centro de Portugal, a presença de figuras do Estado no espaço da entidade na Feira Internacional de Lisboa, “simbolizou o reconhecimento do peso estratégico da região no contexto turístico nacional”.

Na abertura oficial do stand, conduzida pelo apresentador João Paulo Sousa, o Presidente do Turismo Centro de Portugal, Rui Ventura, destacou os resultados alcançados, afirmando que a região está a trilhar o rumo certo. “Chegamos a esta edição da BTL com dados que nos dão a maior confiança para o futuro. 2025 foi o melhor ano turístico da nossa história, com quase 8,5 milhões de dormidas e 552 milhões de euros de proveitos dos alojamentos turísticos. Estes resultados confirmam que o turismo é um instrumento valioso de coesão territorial”.

Sem ignorar as adversidades recentes, acrescentou

que “infelizmente, 2026 começou de forma trágica. Este inverno trouxe-nos a tempestade Kristin e episódios severos de inundações que afetaram infraestruturas, empresas e comunidades em toda a região. Mas o Centro de Portugal já superou adversidades no passado e voltará a superar esta. E é precisamente por isso que a nossa presença na BTL 2026 assume um significado especial”.

Sob o mote “Mobilizar a Região | Levar desenvolvimento às comunidades locais”, foi ainda apresentado o novo ciclo estratégico, que posiciona o turismo como motor de coesão territorial e valorização dos recursos endógenos.

A projeção institucional incluiu o lançamento da edição de 2026 do WRC Vodafone Rally de Portugal, numa sessão conjunta com o Automóvel Club de Portugal e a Turismo do Porto e Norte de Portugal, reforçando a capacidade da região para acolher grandes eventos internacionais.

“O Centro de Portugal apresenta-se coeso, estratégico e preparado para sustentar o crescimento turístico”.

VILA NOVA DE PAIVA

“UM TERRITÓRIO PITORESCO, QUE MERECE UM OLHAR ATENTO”

Integrada na região do Alto Paiva e imortalizada por Aquilino Ribeiro na obra “Terras do Demo”, Vila Nova de Paiva é um território pitoresco, que oferece Natureza e História: rio e serra, gentes e povoações onde a tradição ainda impera.

A realização de certames, no concelho de Vila Nova de Paiva, assume um papel fundamental na valorização do território, na dinamização da economia local e na preservação da identidade cultural.

A Feira do Fumeiro do Demo, na freguesia de Touro; este ano a acontecer nos dias 7 e 8 de março, tem vindo a estimular uma dinâmica económica, no concelho, através de produtos de qualidade que reúnem toda a riqueza do meio rural. Ao fumeiro aliam-se ainda os produtos regionais, o artesanato, os restaurantes e tasquinhas gastronómicas, a prova de fumeiro e as atuações musicais.

A Praia Fluvial de Fráguas é o palco privilegiado do Festival da Truta, nos dias 4 e 5 de julho. É um evento que destaca um dos maiores símbolos do concelho – a Truta do Rio Paiva – promovendo o seu valor gastronómico e turístico, ao mesmo tempo que proporciona momentos de convívio, cultura e animação, para toda a família.

Nos dias 24 e 25 de julho de 2026, Vila Nova de Paiva volta a ser o epicentro da música, com mais uma edição imperdível do Barreiras Summer Fest. Mais do que um festival, o Barreiras Summer Fest é uma experiência onde a energia, a natureza e a música se fundem numa celebração única e coloca Vila Nova de Paiva no mapa dos grandes festivais, com artistas e bandas nacionais e internacionais de relevo. Porque “A vida são dois dias... e o Barreiras Summer Fest também”.

As Festas do Município VerPaiva decorrem na semana do dia 3 ao dia 9, do mês de agosto e proporcionam uma semana de animação, espetáculos musicais, gastronomia, artesanato, tasquinhas, exposições e sobretudo muito



convívio. Com um programa eclético, o Ver Paiva é um dos pontos altos do panorama cultural paivense. O Dia do Emigrante é uma das celebrações que integra as Festas do Município, pautando-se pelo reencontro e homenagem aos nossos conterrâneos na diáspora.

Em setembro, nos dias 12 e 13, Vila Cova à Coelheira ganha vida com a realização do Festival do Pão e do Festival de Folclore, dois eventos que celebram as tradições, os saberes e a identidade cultural da região. O Festival do Pão destaca a importância deste alimento essencial, valorizando os métodos tradicionais de confeção e os produtos locais. Já o Festival de Folclore reúne grupos de dança e música popular, promovendo o encontro entre gerações e a preservação das tradições populares.

A Feira do Mel & Artesanato também tem data marcada para os dias 26 e 27 de setembro, em Pendilhe. A apicultura é uma das atividades mais praticadas nesta freguesia, aliada à flora natural típica como a urze e a urgueira, entre outras, resulta na produção de mel de qualidade, um dos produtos de referência desta localidade beirã.

Vila Nova de Paiva propõe para os meses de novembro, dezembro e janeiro, a programação cultural Ao Vivo nas Terras Mágicas, com um cartaz diversificado, no Auditório Municipal Carlos Paredes, para celebrar a quadra natalícia. Do programa constam grandes artistas nacionais e locais, com propostas de espetáculos para os mais variados públicos e gostos.



www.cm-vnpaiva.pt

CAMINHO

O país mede-se melhor quando é percorrido a pé. No litoral norte, o traçado do Caminho acompanha a proximidade do Atlântico. O horizonte marítimo surge como linha contínua, mas o percurso constrói-se na irregularidade do terreno.

O Caminho Português ganhou forma consistente a partir do século XII, quando Santiago de Compostela se consolidou como centro maior de peregrinação europeia. Os itinerários em território português aproveitaram eixos anteriores (vias romanas, pontes medievais, travessias fluviais estratégicas) e organizaram uma rede de acolhimento que sustentava circulação regular. Albergarias, hospitais e estruturas paroquiais respondiam a um fluxo real de pessoas vindas do sul e do centro da Península.

Ao longo da faixa costeira, o percurso cruza portos de pesca, bairros marítimos, capelas erguidas em agradecimento por regressos seguros. A economia do mar marcou a paisagem tanto quanto a prática religiosa moldou o calendário e os ritmos comunitários. O salitre impregna pedra e madeira, o vento condiciona arquitetura e gesto.

A experiência prolongada da caminhada altera a percepção do território. A distância transforma-se em

duração física. O relevo impõe cadência. O corpo ajusta-se, encontra um ritmo estável, reconhece limites. A mochila concentra apenas o que se justifica transportar durante dezenas de quilómetros a cada dia.

A presença do oceano introduz uma espessura histórica particular. Por estas águas circularam rotas comerciais medievais, expedições oceânicas, frotas de pesca industrial, missões científicas contemporâneas. A mesma linha de água sustenta leituras sucessivas do país.

Percorrer Portugal nesta escala revela sobreposição de tempos. Igrejas românicas, pontes de cantaria, traçados oitocentistas, frentes marítimas requalificadas, zonas industriais recentes. O Caminho articula essas camadas sem as hierarquizar. Diante do mar, o caminhante permanece alguns minutos. Observa a linha aberta do horizonte, ajusta a mochila, retoma o passo. O norte é o destino.



VIMIOSO

UM CONCELHO A VISITAR

O concelho de Vimioso é um verdadeiro livro onde os capítulos da história, património arquitetónico e cultural, património natural, gastronomia e hospitalidade enchem as suas infindáveis páginas deixando o leitor/visitante apaixonado e convencido de que há paraísos na terra.

Respeito pela história com olhos no futuro. A aposta na modernidade é diária: infraestruturas, equipamentos com mais comodidade e melhor serviço ao cidadão.

Aqui há verdadeira qualidade de vida. Renda-se à simpatia e generosidade desta gente, e, com toda a certeza, dir-nos-á "até breve".



TERMAS DE
VIMIOSO

SAÚDE E BEM ESTAR NA NATUREZA



Numa visita a Vimioso, aproveite e relaxe neste espaço termal situado sobre o vale do Rio Angueira (Vimioso - Caçarelhos).

Atualmente, estudos médico-hidrológicos, desenvolvidos nesta tipologia de águas, comprovaram os efeitos terapêuticos ao nível dos sistemas músculo-esquelético, dermatológico e ORL.

Nesta instância de saúde e bem-estar, para além das salas de massagem e relaxamento, pode desfrutar de uma piscina interior aquecida, ginásio, sauna, banho turco, hidromassagem e vários tipos de duche. O SPA contém 8 salas de tratamentos.

As Termas de Vimioso convidam a relaxar e a cuidar de si.



pinta

PARQUE IBÉRICO DE
NATUREZA E AVENTURA
DE VIMIOSO

O PINTA dispõe de um conjunto de atividades relacionadas com várias temáticas dedicadas à divulgação dos patrimónios natural e cultural do concelho de Vimioso.

- Sessões de sensibilização
- Jogos didáticos/tradicionais
- Oficinas educativas
- Saídas de campo
- Visitas (Centro Expositivo, Estábulo do Burro de Miranda)
- Passeios com burros
- Atividades assistidas por burros

Dispõe ainda de um serviço educativo com atividades direcionadas para o público escolar.

Todas as atividades funcionam com marcação ou solicitação prévia e estão sujeitas à disponibilidade de agenda a um número mínimo de participantes.

Festa internacional das CAMELIAS

XXI Edição



13 MAR. > SEXTA-FEIRA

- 18h00
Abertura da Festa Internacional das Camélias
- 21h00
Concerto da banda GNR
Quinta do Prado

14 MAR. > SÁBADO

- 15h00
Abertura da Exposição/Concurso das Camélias
- 21h00
Desfile Princesa & Rainha das Camélias
- 23h30
Concerto Mundo Secreto (a confirmar)
- 01h00
Baile das Camélias

15 MAR. > DOMINGO

- 15h00
Desfile Temático da Batalha das Flores
Praça Cardeal D. António Ribeiro
- 17h30
Atuação do Grupo Omni's
Quinta do Prado

Em permanência
Visitas aos jardins; exposições de murais,
carros clássicos, mesas de camélias;
decoração de montras, varandas e
outros coloridos; momentos musicais;
mercado de camélias...